

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 61 DE 18 DE MAIO DE 2022 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre a normatização do Espaço Lúdico Pedagógico da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 18 de maio de 2022, via **web** conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar o funcionamento do “Espaço Lúdico Pedagógico” da Universidade Federal do Tocantins, conforme o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.004871/2022-83.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**REGIMENTO GERAL DO ESPAÇO LÚDICO PEDAGÓGICO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo único da Resolução nº 61/2022 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 18 de maio de 2022.

Palmas/TO,
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 61/2022 - CONSUNI

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar o funcionamento do Projeto de Extensão “Espaço Lúdico Pedagógico”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) da Universidade Federal do Tocantins para os Câmpus de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional.

Art. 2º O Projeto de Extensão “Espaço Lúdico Pedagógico” possui caráter institucional, para tanto será garantido dotação orçamentária mínima para manutenção e continuidade de suas atividades.

Art. 3º O Espaço Lúdico Pedagógico não é um serviço de creche ou de babá. É um espaço de acolhimento das crianças, filhas e filhos de estudantes, de servidores e servidoras, de terceirizados e terceirizadas da UFT, com atividades lúdicas e de socialização para as crianças.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º Os Espaços Lúdicos Pedagógicos têm como objetivo geral oferecer à comunidade acadêmica, preferencialmente aos/às estudantes, um espaço de acolhimento aos seus/suas filhos/filhas em condições de segurança e de estímulo ao desenvolvimento integral, enquanto os seus responsáveis estiverem em atividades laborais.

Art. 5º Especificamente são objetivos desse projeto:

I - oportunizar às crianças beneficiadas, a convivência e o estímulo ao seu desenvolvimento integral com atividades lúdicas, brincadeiras e jogos;

II - propiciar aos estudantes bolsistas de extensão conhecer e compreender os seguintes temas: criança, infância e desenvolvimento humano na fase da infância;

III - oportunizar a intergeracionalidade através de atividades lúdicas, transformando e descobrindo novos significados a partir do simbólico, com devido planejamento e orientação pedagógica;

IV - possibilitar aos familiares das crianças beneficiadas, conhecimentos sobre a criança, características de suas fases de desenvolvimento e a importância dos jogos e brincadeiras ao longo da infância.

V - subsidiar a atuação de docentes no desenvolvimento das atividades formativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA, DO FUNCIONAMENTO E DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 6º Os Espaços Lúdicos Pedagógicos da UFT terão estrutura física apropriada para o atendimento à comunidade, assegurados pelas Direções dos Câmpus de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional.

Art. 7º A infraestrutura básica para o projeto consiste em: espaço físico adequado para o atendimento a crianças de 4(quatro) até 7(sete) anos, boa iluminação e ventilação; banheiros reservados para as crianças, materiais permanentes (mesas e cadeiras, armários; caixa de som e microfones, notebook, livros infantis e infanto juvenis), além de materiais pedagógicos diversos, de acordo com a faixa etária atendida.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser atendidas crianças em idade inferior a 04 anos, desde que não possua no Câmpus demanda de atendimento de crianças na faixa etária de 04 (quatro) a 07(sete) anos.

Art. 8º O horário de funcionamento será definido pela Coordenação local no Câmpus e publicizado por meio de Edital, de acordo com o planejamento semestral das atividades, conforme calendário acadêmico de cada Câmpus.

Art. 9º Os espaços contarão com apoio de um Coordenador local do projeto e discentes para o desenvolvimento das atividades, sendo garantidas bolsas de extensão para:

I - 1 (um) docente efetivo da UFT, preferencialmente, vinculado a Curso de Licenciatura, que será o Coordenador das ações no Espaço;

II - 2 (dois) discentes da UFT por turno, preferencialmente, vinculados a Cursos de Licenciaturas, selecionados por meio de Edital.

Parágrafo único. A origem do recurso para custeio das bolsas de extensão será garantida pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, podendo também contar com aporte financeiro de recursos da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Art. 10. Poderão participar do Projeto, de acordo com a necessidade, discentes bolsistas (caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes) e voluntários, inclusive de outras Instituições de Ensino Superior parceiras e/ou conveniadas.

Art. 11. Caberá à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários:

I - acompanhar e realizar a gestão institucional dos Espaços Lúdicos Pedagógicos na UFT;

II - coordenar a elaboração dos Editais de seleção dos estudantes bolsistas e das crianças que serão beneficiadas com o uso do Espaço;

III - atualizar as Diretrizes para funcionamento dos Espaços.

Art. 12. O Espaço será coordenado, em sua implantação, por um docente, convidado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Parágrafo único. Após 12 (doze) meses o Coordenador será selecionado por Edital, elaborado pela Proex.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES, DO USO DA ESTRUTURA FÍSICA E DO ATENDIMENTO

Art. 13. Das atribuições dos coordenadores e bolsistas de extensão:

I - zelar pelo bem-estar e necessidades das crianças;

II - zelar pelo ambiente e pelos materiais, de forma criativa e construtiva;

III - realizar planejamento das atividades semestrais (geral) e semanais (específicos);

IV - organizar e classificar os jogos e brinquedos, conforme os cantos temáticos;

V - zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos e do Espaço;

VI - catalogar os materiais existentes no Espaço Lúdico;

VII - documentar, por meio de relatórios, fotos e portfólios, as atividades desenvolvidas no Espaço;

VIII - comunicar irregularidades à Direção do Câmpus;

IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 14. São atribuições específicas da Coordenação local do projeto:

I - dedicar 16 (dezesseis) horas semanais ao Projeto;

II - supervisionar as atribuições dos bolsistas de extensão;

III - realizar formação para os bolsistas de extensão;

IV - incentivar a produção de materiais pedagógicos para uso no Projeto;

V - estabelecer as regras e normas do funcionamento do Espaço em consonância com este regulamento.

Art. 15. São atribuições específicas do bolsista de extensão:

I - promover atividades lúdico-pedagógicas para as crianças que frequentarão o espaço;

II - organizar o espaço após uso e cuidar dos materiais pedagógicos e tecnológicos;

III - participar dos cursos específicos para formação;

IV - cumprir com as atribuições do bolsista prescritas na Resolução Consuni UFT nº 44, de 14 de julho de 2021.

Art. 16. São atribuições específicas da família beneficiada:

I - preencher e manter atualizado o cadastro da criança no Espaço Lúdico;

II - cumprir os horários estabelecidos de acolhida e saída das crianças;

III - providenciar e fornecer os alimentos e alimentação das crianças;

IV - providenciar que a criança seja encaminhada apenas com seus objetos de uso pessoal e devidamente identificados;

V - Administrar medicamentos, em caso de uso pontual ou contínuo.

Art. 17. Os materiais de uso do Espaço serão fornecidos somente no interior deste, não sendo permitido o empréstimo.

Art. 18. O Projeto não se responsabilizará por objetos perdidos e/ou esquecidos.

Art. 19. A criança só poderá entrar e sair do Espaço com a autorização de um responsável, ou com a supervisão dos colaboradores, nos casos de atividades fora do espaço.

Art. 20. Quando enfermas, as crianças não poderão frequentar o espaço.

Art. 21. O acesso ao espaço, para outros fins, deverá ser autorizado pela Coordenação responsável.

Art. 22. Somente será permitida a entrada e circulação de pessoas previamente autorizadas pela Coordenação do Espaço.

Art. 23. Em caso de emergência, os responsáveis pelo Espaço deverão acionar os profissionais de saúde e entrar em contato com a família.

Art. 24. O atendimento à comunidade acadêmica se dará por processo seletivo, que acontecerá semestralmente, por meio de Edital a ser elaborado pelos Coordenadores dos Espaços e conduzido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

I - a quantidade de dias/horários que as crianças poderão utilizar o espaço será definido em edital, conforme as condições materiais, físicas e de recursos humanos de cada Câmpus;

II - em casos de ausência, as famílias deverão comunicar à Coordenação do Espaço;

III - perderá o direito à vaga a criança que contabilizar 3 (três) faltas consecutivas e não justificadas pelas famílias.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Para acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas, serão realizados, periodicamente, fóruns com a participação prioritária dos Coordenadores Locais dos Espaços, dos bolsistas de extensão, das famílias beneficiadas e de membros da Equipe da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.004871/2022-83.